

O moderno e a Vila Amaury: a dicotomia do pensamento na construção de Brasília

The modern and Vila Amaury: the dichotomy of thought in the construction of Brasilia

Lo moderno y Vila Amaury: la dicotomía del pensamiento em la construcción de Brasilia

Átila Rezende Fialho¹
Orcid: 0000-0003-2002-2621

Carolina Pescatori Candido da Silva²
Orcid: 0000-0002-4361-2598

Resumo

O presente artigo tem como objetivo expor e compreender o papel do apagamento de determinadas ocupações, tendo como enfoque a Vila Amaury (1959-1960), frente à tentativa de construção de uma imagem da nova capital do país, Brasília. O caso dessa vila em específico chama a atenção devido à maneira peculiar que o Estado operou em seu apagamento, localizando-a em terras baixas onde seria represado o Lago Paranoá, deflagrando uma temporalidade intencional e prescrita. Se por um lado houve uma permissividade para que a população pobre do Distrito Federal ocupasse uma região próxima do Congresso Nacional, por outro essa permissão cumpria o objetivo, também, de reunir em um só local diversas pequenas favelas espalhadas pelo território. A esse estágio da pesquisa, procuramos analisar esse caso com base em relatos orais presentes nos trabalhos de Ivany Neiva Câmara (2017) e no documentário de Vladimir Carvalho e Eugene Feldman, "Brasília segundo Feldman", de 1979, além de fontes secundárias a respeito do tema. Em um segundo momento, partiremos das teses críticas com relação às teorias de modernização e como essas podem ter contribuído não somente para a construção de uma representação específica para a nova capital, por meio da influência no campo da Arquitetura, Urbanismo e das Ciências Sociais, bem como para a exclusão e a aversão às soluções socioespaciais das populações pobres urbanas, como favelas, cortiços e, termo bastante cunhado no caso do Distrito Federal, "invasões".

Palavras-chave: Vila Amaury; Brasília; modernização; NOVACAP, segregação.

Abstract

The present article has the goal to expose and comprehend the role that vanishing certain occupations played, focusing in Vila Amaury (1959-1960), compared to the attempt of building an image of the new capital of Brazil, Brasilia. The case of this settlement specifically calls attention due to the peculiar manner in which the State operated its erasure, locating it on low lands where the Paranoá lake would take place, triggering a prescribed and intentional lapse of time. If, on the one hand it had some permission for

1 Mestrando pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG/FAU – UnB) na área de concentração de Teoria, História e Crítica. Graduado pela mesma faculdade, participou de PIBIC (Programa de Iniciação Científica) e de congressos como IX CBDU (Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico), em 2017, e XVIII ENANPUR, em 2019.

2 Professora Adjunta do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) como orientadora de mestrado e doutorado. Doutora pelo PPG-FAU/UnB em Teoria e História da Cidade e do Urbanismo, com tese sobre a atuação de empresas urbanizadoras e o processo de dispersão urbana; menção honrosa no I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado - ANPUR (2017).

the poorer population of the Federal District to dwell nearby the National Congress, on the other hand this permission fulfilled the goal of gathering in just one place numerous and small “favelas” once sprawled all around the territory. At this point of this research, we sought to analyze this case based in oral reports presented by Ivany Câmara Neiva (2017) and in the documentary of Vladimir Carvalho and Eugene Feldman, “Brasília according to Feldman”, from 1979, besides secondary sources in respect to the subject. In a second moment, we will depart from critical analysis in relation to the modernization theories and how these could have contributed not only for the construction of a specific representation for the new capital, by means of influencing on the field of architecture, urbanism and social sciences, but also for the exclusion and aversion of socio-spatial appropriations of poorer urban populations, such as favelas, slums and, a very used term in the case of Distrito Federal, “invasions”.

Palavras-chave: Vila Amaury; Brasília; modernization; NOVACAP, segregation.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo exponer y comprender el papel del borrado de ciertas ocupaciones, centrándose en Vila Amaury, frente al intento de construir una imagen de la nueva capital del país, Brasília. El caso de este pueblo en particular llama la atención por la forma peculiar en que el Estado operó en su borrado, ubicándolo en las tierras bajas donde se represaría el lago Paranoá, desencadenando una temporalidad intencional y prescrita. Si por un lado había permiso para que la población pobre del Distrito Federal ocupara un área cercana al Congreso Nacional, por otro lado, este permiso también cumplía el objetivo de reunir en un mismo lugar a varias pequeñas favelas repartidas por todo el territorio. En esta etapa de la investigación, buscamos analizar este caso a partir de relatos orales presentes en los trabajos de Ivany Neiva Câmara (2017) y en el documental de Vladimir Carvalho y Eugene Feldman, “Brasília según Feldman”, de 1979, en además de fuentes secundarias al respecto del tema. En un segundo momento, partiremos de tesis críticas sobre las teorías de la modernización y cómo estas pueden haber contribuido no sólo a la construcción de una representación específica para la nueva capital, a través de su influencia en el campo de la arquitectura, el urbanismo y las ciencias sociales, sino también a la exclusión y aversión a las soluciones socioespaciales de las poblaciones urbanas pobres, a ejemplo de los barrios marginales, las vencidades y, término con frecuencia usado en el caso del Distrito Federal, las “invasiones”.

Palabras-clave: Vila Amaury; Brasília; modernización; NOVACAP, segregación.

1. Introdução

O ponto que instigou o presente estudo parte da extrema desproporção em que certas memórias, que também dizem respeito à história de Brasília, guardam com relação à construção de uma imagem bastante comum da cidade enquanto símbolo de modernidade. Brasília foi e é objeto de disputa simbólica e política ao longo de sua história: porém, aqui focaremos no seu período de construção. Em contraposição a esse imaginário dominante da capital, tivemos uma vila operária que

intencionalmente foi localizada dentro das margens do que viria a ser a área do Lago Paranoá, como estratégia para delimitar o seu tempo de existência: a Vila Amaury.

A Vila Amaury fez parte de mais uma ocupação informal formada por operários da construção civil, trabalhadores que fizeram parte da massa da população brasileira disposta a migrar para conseguir prover sua subsistência e que, viram em Brasília, uma oportunidade para tal. O Censo Experimental (CCN, 1959) demonstra a tamanha convergência nesses primeiros anos da construção:

se em 1956 a região possuía uma população estimada em 6 mil pessoas, em 1959, a menos de um ano de sua inauguração, a população se multiplicou por mais de dez, e chegou a 64 mil. Essa situação teve como consequência um *déficit* com relação à absorção dessa massa de migrantes pelo mercado da capital que estava sendo construída, assim como a falta de provisão de condições mínimas de habitação.

A população pobre que em Brasília não encontrou uma condição de habitação adequada, construiu dentro de suas próprias possibilidades essas condições. Como resultado, foi possível ver a formação de diversos núcleos de pequenas favelas, vilas ou “invasões” para solucionar esse problema – o que, dentro da lógica daqueles que dominavam a disputa pela construção simbólica da imagem de Brasília, era inimaginável. A Vila Amaury desempenhou uma função, para a Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), de reunir em um só local a população de trabalhadores que antes habitavam essas ocupações informais como forma de melhor controle e, também, por um lado, para garantir a expulsão dessa população da paisagem da cidade moderna.

Após um primeiro momento de apresentação da problemática da Vila Amaury, com base em relatos orais disponibilizados por Ivany Câmara Neiva (2017) e Vladimir Carvalho e Eugene Feldman (1979), analisaremos criticamente as teorias da modernização, que aqui compreendemos como ideológicas na medida em que mascaram a realidade que coloca certos povos ou nações na condição do que se entende como sub-

desenvolvidas ou desenvolvidas. Para tal, Oliven (1984) e Tipps (1973) vão ser as principais referências, ainda que, nessa seção, utilizaremos muitos outros referenciais teóricos. Em especial, investigaremos a categoria que Tipps classifica como “teorias dicotômicas”, que enxergam a modernização como um processo linear, universal e a-histórico, bem como a influência destes nos campos da Arquitetura, do Urbanismo e da Sociologia Urbana.

Na última seção, ligaremos os pontos levantados com relação à noção de desenvolvimento linear das sociedades presente nos discursos de modernização, com os estudos de Valladares (2005) a respeito da representação social da favela. A mesma lógica dicotômica que permeia as teorias de modernização, colocando em polos opostos o tradicional e o moderno, também persistem ao longo da história nos discursos que contribuem para a construção da representação social da favela. Perceberemos como essa lógica permanece mesmo em discursos oficiais durante a construção de Brasília.

Portanto, objetivamos, por meio desse estudo, construir um possível caminho para compreender o papel do apagamento de determinadas ocupações, tendo como enfoque a Vila Amaury, frente à tentativa de construção de uma imagem da então nova capital do país, Brasília. De forma secundária, porém relevante, também procuramos dar mais visibilidade acadêmica a uma ocupação que resistiu durante os anos de construção da capital federal às violências de Estado, e que deve permanecer na memória, não somente com uma áurea mitológica, mas como uma

ocupação real, habitada por pessoas de carne e osso e construída na base dos restos que a cidade modernista rejeitou.

2. Segregação planejada e a Vila Amaury

A Brasília de 1959, ano em que a vila Amaury foi reconhecida pela Novacap, se tratava de um gigantesco e complexo de canteiro de obras. São muitos autores que veem dessa forma (RIBEIRO, 1991; QUINTO e IWAKAMI, 1991; SIMÕES e ALVIM, 2015), em consonância com o que apontavam os dados do censo de 1959: das cerca de 35 mil pessoas economicamente ativas, quase 20 mil eram da indústria da construção³. Isso é tão marcante que alguns autores, a exemplo de Ribeiro (1991), observam esse fenômeno a partir da lente de estudos da imobilização da força de trabalho, subcampo dos estudos sobre processos migratórios. De forma sintética, trata-se de um processo que é fruto de um sistema produtivo inclinado a se expandir e que, para tal, necessita do recrutamento e da submissão de populações humanas que lhe produzam e forneçam excedentes.

Uma solução comum para os trabalhadores desses projetos, entretanto, é a construção de um complexo com a área propriamente industrial e a vila operária, consequência dos subsídios habitacionais que o capitalista necessita entregar minimamente e que em muitos casos, no decorrer do tempo, transbordam a sua atividade formando uma pequena rede interna de atividades um tanto mais complexa. Consequência disso, pode-

mos citar, é a formação de uma rede de núcleos urbanos ao longo dessa expansão (idem). Projetos dirigidos pelo Estado e de envergadura nacional, como a construção da nova capital, centro político de um país das dimensões do Brasil, podem dar grande magnitude a esse processo.

A evolução populacional da capital em seus primeiros anos de construção demonstra de forma marcante a robustez do projeto: segundo o Censo Experimental de Brasília (CNN, 1959), a cidade detinha a marca estimada de 6 mil habitantes em 1956, enquanto em 1959, três anos depois, já contávamos com 64 mil habitantes. Marca também impressionante, mas presumível devido ao caráter de um canteiro de obras, era a predominância do gênero masculino, que era o dobro daquelas pessoas que se identificavam como mulheres. Esses dados refletem, sobretudo, também, a grande publicidade na qual o governo colocou esforços com o objetivo de recrutar a massa de trabalhadores disponíveis para migração, resultado da grande preocupação com relação ao prazo de inauguração da obra (SIMÕES E ALVIM, 2015).

No caso de Brasília, o que ocorreu como consequência dessa evolução foi a formação de maneira generalizada, em meio aos canteiros, de vilas operárias que transbordaram a esse funcionamento previsto, em que os próprios documentos oficiais chamam de “pequenas favelas”. A Vila Amaury surge, assim, como um local que reuniria todas essas pequenas favelas, próxima à Praça dos Três Poderes e do sítio que viria a ser a Vila Planalto, que

3 Em documento coletado no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), intitulado “Plano de Transferência da População da Vila Amaury para as Cidades Satélites”, datado de 1959, se explicita o objetivo da localização da Vila Amaury como forma de “resolver o problema criado pela proliferação de pequenas favelas” ao longo de várias regiões do DF.

até então se encontravam típicos alojamentos de empreiteiras. É notável o forte vínculo que esses acampamentos de empreiteiras e a Vila Amaury possuíam, relação bastante visível nos relatos orais.

Entretanto, para que não se confunda a natureza de ambas ocupações, é necessário fazer uma diferenciação. Nos acampamentos planejados pelas construtoras, existia um alto controle da força de trabalho, que ia para além das circunstâncias do seu regime. A organização espacial desses locais consistia não somente no espaço de dormir ou habitar, mas uma série de equipamentos que visavam abarcar todas as dimensões possíveis da vida social dos operários: cinemas, campos de futebol e cantina – com o intuito de regular o horário das refeições, enfim, “equipamentos ligados à reprodução da vida” (RIBEIRO, 1991, p. 31). Além disso, ficava evidente o reflexo do sistema de produção e de hierarquia típicos da construção civil, além de se dar primazia para acomodação de trabalhadores solteiros. Não é por acaso que o autor compara os aspectos desse sistema com aqueles que se definem como instituições totais.

A despeito desse controle, surgiam outras vilas que, inclusive, dentro das brechas e fissuras, serviam para complementar a vida dos trabalhadores desses acampamentos planejados. “Toninho”, convivente da Vila Amaury, em seu relato, por exemplo, conta a respeito da mãe, que montou uma cantina em

frente ao canteiro de obras, vivência parecida de interlocutores como Soberana e Andrade Junior (NEIVA, 2017). Por meio de suas falas, percebemos que na realidade a existência desses acampamentos, mesmo com todo o seu complexo, ainda contribuía para que a população das vilas, como a Amaury, tivesse mais formas de gerar renda, prestando serviços para os trabalhadores da construção civil.

A Vila Amaury foi então essa ocupação, com uma localidade pré-determinada pela Novacap, próxima a alguns acampamentos de construtoras e da praça dos Três Poderes, assim como – o dado mais peculiar – dentro do perímetro do que viria a ser o Lago Paranoá. Importante dizer que essa não era uma informação ocultada entre os dirigentes do projeto, ao menos, ou desses para com as cúpulas de poder político⁴. Se sabia que aquela ocupação estaria inundada pelas águas do lago em pouco tempo, e foi exatamente essa a estratégia adotada para que aquela população de cerca de 15 mil pessoas deixasse a paisagem da cidade moderna e que de lá fosse para alguma cidade “satélite”⁵.

Com relação à sua morfologia espacial, a Vila possuía características dos assentamentos informais, que crescem paulatinamente por meio da ação dos indivíduos que, sem recursos e sem outra opção, recorrem à autoconstrução, nesse caso com uma materialidade bastante precária. A esse respeito, é interessante observar, por meio dos

4 Conforme nos relata Ribeiro (2008), esse aspecto não era escondido, nem mesmo por Israel Pinheiro, então presidente da Novacap, que discursa em pleno Congresso Nacional, respondendo às críticas dirigidas a ele e à empreitada da nova capital, afirmando a intencional temporalidade curta da ocupação, assim como a intencional remoção dos trabalhadores do local para outras cidades satélites.

5 Entre moradores do Distrito Federal, hoje, um termo considerado pejorativo, porém era usado nos documentos oficiais. Ver nota explicativa nº 1. No mesmo “Plano de Transferência da População da Vila Amaury para as Cidades Satélites” também é exposto que a Vila era formada por 4 mil famílias, ou seja, entre 15 e 20 mil pessoas.

relatos, que o aspecto de uma cidade voltada para a obra civil se impôs na materialidade do próprio assentamento: os não cidadãos da nova capital ficavam à mercê dos restos de materiais que sobravam da construção da cidade monumento. Dessa forma, os interlocutores de Neiva ressaltam que a maioria das construções era de madeira. Soberana, uma dessas interlocutoras, por sua vez, especifica outros manejos de material, técnicas que se repetiam em diversas outras vilas candangas, como tambores de óleo, latas e revistas.

Essas mesmas técnicas eram replicadas em barracos ou nos comércios próximos das construtoras, para além da Vila. Toninho, outro interlocutor de Neiva, fala a respeito, por exemplo, da cantina que sua mãe montou próxima a um desses canteiros, no local da quadra 507 Sul: “a cantina era feita com sacos de cimento vazios; não tinha madeira; eram só as telhas de chapa de asfalto, de papelão e os sacos de cimento vazios, dobrados como escama de peixe” (NEIVA, 2017, p. 82). Sacos de cimento foram bastante popularizados como um material utilizado nas pequenas favelas e vilas do início de Brasília, devido à sua resistência mecânica e propriedade hidrofóbica, fato registrado em diversas coleções iconográficas⁶.

Em “Brasília segundo Feldman” (BRASÍLIA, 1979), um outro relato conta um caso curioso a respeito do uso desse material, que também revela um pouco da áurea construída ao redor de Brasília como local de oportunidades e fonte de renda:

um cearense, trabalhando na construção de Brasília, então resolve escrever uma carta para o Ceará, comunicando os pais como é que estava em Brasília e tudo. Então ele escreve: {meu pai aqui estou em Brasília, trabalhando e ganhando bem. Estou satisfeito aqui com as condições de trabalho. Fiz um barraco de duzentos sacos de cimento}. O pai recebe a carta no Ceará e então disse {Meu filho tá rico. Fez um barraco de duzentos sacos de cimento}. E se deslocou então do Ceará e veio cá. Quando chegou, ele estava na favela do IAPI [...]. Tinha realmente duzentos sacos de cimento, mas era a cobertura do barraco do rapaz. Sacos vazios, e não saco de cimento que tivesse levantado a obra. Aí o velho teve uma tristeza, uma decepção, pensando que o filho estava rico. (BRASÍLIA, 1979, 8:28-9:19)

Analisando a partir de uma escala maior, no que concerne à conformação urbana da Vila Amaury, esta se deu de maneira mais espontânea e orgânica, por assim dizer, longe dos rígidos controles dos acampamentos que citamos, e mais distante ainda dos preceitos modernistas. Além dos relatos de seus conviventes, também é possível encontrar testemunhos da configuração da Vila ainda na sua atualidade.

O mergulhador José Ricardo da Silva corrobora com os outros testemunhos quando afirma que a disposição aparentava ter uma mancha um tanto longitudinal: “as

6 O próprio Marcel Gautherot foi autor de vários registros assim, em especial da Sacolândia. Seus registros são de propriedade intelectual do Instituto Moreira Salles. Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/marcel-gautherot/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

casas, possivelmente seguiam as margens do Rio Paranoá. Era estreita e comprida, deveria ter 60 metros de largura, por um quilômetro de comprimento” (NEIVA, 2017, p. 35). Segundo outros interlocutores, havia uma avenida central na qual se encontrava boa parte dos comércios, que alguns chegam a compará-la com a avenida central da cidade do Paranoá dos dias de hoje, tamanha a diversidade de vendas e lazer, sendo as casas localizadas em áreas mais internas. Essa constituição da Vila era tolerada, porque havia a certeza da sua temporalidade, prescrita desde o início (DEL’ISOLA E BOIANOVSKY, 2013).

Outro aspecto importante da Vila Amaury foi a costura política que contribuiu para a sua existência, com o próprio nome da Vila carregando essa marca. Amaury Almeida era um político que fazia parte do quadro da Novacap, e como tal, mediou as relações entre aquela população que era removida das pequenas favelas e a companhia. Dessa forma, a constituição da Vila Amaury foi permitida e mesmo aventada por atender um duplo interesse: por parte da Novacap, era desejado reunir aquela população pobre antes espalhada em diversas localidades pelo território em um só lugar, em prol de maior controle e disciplina; para Amaury, pessoalmente, se tratava de um palanque político, uma forma de capitanear aquela população em proveito das suas aspirações como deputado estadual pelo PTB (DEL’ISOLA E BOIANOVSKY, 2013; RIBEIRO, 2008).

A figura de Amaury de Almeida se fez tão presente que foi um dos dirigentes de uma associação criada na época mais pró-

xima de quando a Vila seria inundada pelo fechamento das comportas do lago. Assim, a Associação Beneficente da Vila Amaury (Holston, 1993, p. 164) fundamentalmente trabalhou não no sentido da permanência no local, mas no sentido de permanecer no Distrito Federal, e para tal se organizou coletivamente a fim de pleitear seu novo lugar na cidade de Sobradinho, já que em Taguatinga, primeira cidade inaugurada em decorrência da construção da nova capital, já não havia mais disponibilidade suficiente. Holston (HOLSTON, 1993, p. 164) chega a afirmar que, na realidade, foi em decorrência desse pleito que Sobradinho se concretizou.

No que diz respeito à inundação da Vila Amaury, os relatos diferem bastante em relação ao grau em que a população se encontrava inteirada. Em alguns deles, os entrevistados chegam a dizer que as famílias que não saíram ou não resgataram seus pertences a tempo, o fizeram por uma questão de devaneio ou negligência individual, enquanto em outros é afirmado categoricamente que a população nunca havia sido avisada que a Vila se localizava no lago, ou ao menos que existiria um lago ali (NEIVA, 2017). Conforme é relatado em “Brasília segundo Feldman”, após o fechamento das comportas do Lago Paranoá, à medida que a água subia, foram organizadas comissões para fazer interlocução com Israel Pinheiro, então diretor da Novacap, porém, sem sucesso (BRASÍLIA, 1979).

Nesse ponto, é necessário que nos coloquemos o mais próximo da dimensão de tempo e espaço desses interlocutores. Primeiramente, temos que lembrar que a ocu-

pação chegou a ter uma população próxima de 15 mil habitantes, e que esses habitantes vieram de diversas outras pequenas favelas espalhadas pelo território. Não vieram todos de uma vez, e mesmo assim, todos vieram em um prazo mais ou menos de um ano, já que essa foi a duração relativa da ocupação. Não seria demais supor que alguns não tenham chegado a tempo de serem contemplados com algum tipo de ação informando a previsibilidade. Ademais, ainda temos que considerar que existia alguma dúvida mesmo em círculos mais próximos de Juscelino quanto à viabilidade do lago⁷. Estamos falando, aqui, de uma ocupação informal de 1959 a 1960, com 15 mil pessoas.

As vilas, no geral, incluindo a Vila Amaury, sobram principalmente para aqueles que traziam suas famílias dos seus locais de origem ou que constituíam família depois que chegavam, já que nos acampamentos das construtoras, em linha geral, não era permitido homens casados (NEIVA, 2017; RIBEIRO, 1991). De acordo com os conviventes entrevistados por Neiva, a Vila Amaury era repleta de crianças – em decorrência de ter muitas famílias – e tinha uma pulsante atmosfera de lazer. Muitos relatos se cruzam nesse ponto, o que tornava a Vila Amaury um local com características bem dissonantes de um aspecto mais global de Brasília e, principalmente, dos acampamentos. Maior parte dos sujeitos desses testemunhos, à época, eram crianças ou adolescentes e recordam, com uma certa nostalgia, desse

ambiente – quando já não tinham que trabalhar desde muito novos.

A apropriação do espaço pela população era evidente, contrastando fortemente com os aspectos dos acampamentos planejados pelas construtoras, que vimos atrás. Enquanto nesse último existia um rígido controle espacial formal, assim como uma rígida divisão hierárquica e de composição familiar, a Vila é relatada sempre como um espaço de grande comunhão, interação social no espaço público, nas ruas, e, com certo desprezo, até mesmo pela proteção da propriedade privada por cercas e muros. A setorização, tão característica da cidade moderna, era completamente inexistente. Conta que os comércios eram simples, mas com uma alta variedade, sendo fácil achar maior parte dos produtos que se demandava, além de que possuía muitos bares e forrós como opções de lazer.

Por fim, cabe reforçar que a história da Vila Amaury possui laços de continuidade com a fundação de Sobradinho, demarcando a trajetória migratória que os trabalhadores, nessa primeira fase de existência da cidade, foram forçados a ter internamente. Sobradinho foi a segunda cidade satélite e já era citada em fins de 1959 como a alternativa mais viável para essa população, onde deveriam ser destinados 3.700 lotes para as famílias da Vila. No mesmo relatório, também se estimava que uma parcela fosse para Taguatinga, primeira cidade satélite, fundada em 1958, a cerca de 25 km do centro do Plano Piloto, onde deveriam

7 Dentre as figuras que duvidaram que o lago atingiria a sua cota, destaca-se o colunista Gustavo Coração, de O Globo. 8 meses depois da barragem ser fechada, assim que o lago atingiu a marca que se havia pretendido, Juscelino Kubistchek envia um telegrama somente com a seguinte mensagem: “Encheu, viu?”. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/lago-paranoa/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ter 400 lotes destinados para esse fim. Foi remetida uma série de solicitações internas dentro da própria Novacap com vias de melhor receber essas famílias em ambas as cidades satélites, especificando equipamentos e projetos de urbanização, assim como demarcação de lotes e outros serviços para receber essa população.

3. A lógica dicotômica da modernização e sua contribuição para a construção de um imaginário

Entre os discursos que corroboram para a construção do imaginário de Brasília, se faz bastante presente a defesa da ideia de modernização. Esses discursos influenciam não somente por via direta, como por dentro dos próprios campos de conhecimento que erguem as bases desse imaginário, tais como a Arquitetura, o Urbanismo e os estudos sociais urbanos.

A esse respeito, Tipps (1973) desenvolve um arcabouço crítico acerca das mais diversas abordagens frente à noção da modernização. Indo pelo caminho das elaborações científicas e acadêmicas, o autor divide em duas categorias, dentro do universo das diferentes conceituações a esse respeito. Em uma delas, que ele nomeia de “teorias dicotômicas da modernização” (TIPPS, 1973, p. 206), a crítica recai no caráter etnocêntrico presente em tais formulações, que recriam a abordagem evolucionista das Ciências Sociais trocando termos que então já estavam claramente defasados por outros que poderiam ser lidos de maneira menos

problemática, “falando de ‘modernidade’ ao invés de ‘civilização’, ‘tradição’ ao invés de ‘barbárie’” – uma ação meramente cosmética (TIPPS, 1973, p. 206).

Esses estudos são chamados de dicotômicos pelo autor, pois se baseiam em um modelo de comparação ideal-representativo, em que quanto mais um determinado grupo, nação ou sociedade se afasta ou se aproxima daquele modelo, que representa uma série de padrões de costumes e valores, maior a sua aproximação com as ideias de “tradicional” ou “moderno”. Dessa forma, essa visão, além de adotar uma postura linear e a-histórica, tendo em vista a multiplicidade de descaminhos, estabilidades, transformações ou estagnações que as sociedades encontram ao longo do tempo, também parte de um arquétipo que carrega essencialmente valores ocidentais, em especial aqueles da Inglaterra e Estados Unidos (TIPPS, 1973, p. 206).

Nesse período, junto com a profusão das teorias da modernização, também cresce o interesse em se pesquisar os países do continente africano, asiático e da região da América Latina, tendo em vista que esses entram em um novo campo de disputa entre os expoentes geopolíticos. Do ponto de vista dos pesquisadores, esse entendimento os deixava em uma posição confortável, uma vez que poderiam balizar os dados coletados em uma régua cuja unidade de medida se encontrava intimamente ligada à sua vivência própria, a partir do seu lugar social, suas crenças, valores e construções. A crença nas benesses da sociedade estadunidense também é subsidiária desses estudos, conforme apontado por Tipps, uma vez que se

encara com certa benevolência as críticas a essa mesma sociedade.

É importante falar que essas visões que contribuíram na construção do que, da metade do século XX até hoje, é entendido como modernização, também carregavam um grande peso de inexorabilidade, enxergando como causa desse desenvolvimento uma fonte imanente comum. Em suma, veem a mudança social com um direcionamento *a priori* (TIPPS, 1973, p. 206). Oliven (1984) corrobora com essa crítica e vai além, discorrendo que, em alguns casos, tais elaborações chegavam ao ponto de atribuir caracteres culturais como fonte causal, em última análise, do subdesenvolvimento ou do desenvolvimento de um determinado povo. Essa maneira de entender a condição das sociedades não ocidentais demonstra não somente um mascaramento das reais causas dessas condições, já que ignora o intercâmbio desigual ou exploratório que acontece na dimensão social e econômica entre as nações, como por diversas vezes naturaliza o lugar do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ou “atraso” e “modernização”, dessas mesmas nações (OLIVEN, 1984; TIPPS, 1973).

Essa percepção de modernidade contaminou o próprio direcionamento intelectual da arquitetura, que passou a ser fortemente influenciada por meio de um intercâmbio internacional de ideias, por essas noções. Podemos começar pelo nicho do Urbanismo, cujos componentes passaram a identificar e a elaborar fundamentos para as cidades com base em caracteres universais, principalmente a partir da Carta de Atenas, elaborada

a partir do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), em 1933. A Arquitetura e o Urbanismo passaram por um processo duradouro de legitimação enquanto prática em intervir no espaço urbano, formando um “campo arquitetônico brasileiro” dentro do qual ocorrem “lutas simbólicas em que a cultura como espaço de competição estética com autonomia em relação a outros ‘campos’ (...) consolida-se enquanto prática social” (NUNES, 2004, p. 39).

Nunes (NUNES, 2004, p. 40) destaca uma forte característica das cidades se expandirem de maneira relativamente voluntária. Essa construção cotidiana a uma primeira vista pode ser entendida como caótica, já que se caracteriza, por um lado, pela ação sem nexos de indivíduos, mas que, se enxergadas de outro ângulo, mais coletivo, percebemos uma coerência maior fruto do imprevisto. Existe uma certa lógica pautada nas relações sociais que faz do espaço da cidade um elemento em constante transformação.

A prática do planejamento urbano propõe uma intervenção racional nessa reprodução do espaço urbano, outorgando “ao espaço físico um papel importante na construção e na reprodução das relações sociais”, e interferindo na “dialética secular que liga o homem ao seu ambiente de vida” (NUNES, 2004, p. 42). Em um primeiro momento, compreende-se essa interferência com forte analogia às Ciências Biológicas, tratando dos problemas da cidade como doenças que devem ser tratadas no corpo humano (NUNES, 2004, p. 42). Não por acaso, acontece no final do século XIX, na Europa, a difusão do “urbanismo sanitário”

rista”, tendo como um dos exemplos mais palpáveis o plano de Cerdá em Barcelona. O Brasil não passaria ileso por essa tendência, e temos dois exemplos bem estudados: as obras de Pereira Passos, entre 1903 e 1906, cunhadas como planos de embelezamento; e o plano Agache, em 1928, ambas no Rio de Janeiro – a capital federal, à época.

Existiu um grupo, também de arquitetos modernos, entretanto, que entendia a cidade em uma acepção mais voltada a ideia de progresso tecnológico. Le Corbusier encabeçava esse movimento que viria a coroar a atual compreensão do urbanismo e da arquitetura moderna a respeito da cidade, dessa vez sendo vista mais como metáfora de uma máquina, ao invés de um corpo biológico. O papel do urbanista é visto de maneira primordialmente funcional, deixando em segundo plano a dimensão estética, e as funções da cidade são organizadas em quatro: habitar, trabalhar, circular e se divertir (NUNES, 2004, p. 42). É notável, mais uma vez, a tentativa de universalização, mesmo que nesse nível conceitual, do que se compreendia por cidade.

A busca por uma estrita funcionalidade passa a balizar a maior parte das práticas no planejamento urbano. Apesar das diferenças ressaltadas anteriormente, as duas concepções de interferência no espaço urbano, tanto a de Agache quanto a de Corbusier, mais se aproximam do que se distanciam: ambas têm a tendência de universalizar os problemas urbanos, ou o que se entende por cidade, pouco considerando o histórico-cultural específico. A esse respeito, Nunes (2004, p. 42) aponta que tanto Corbusier

não se coloca como autor da Carta de Atenas quanto Agache retira o nome da cidade do Rio de Janeiro quando apresenta o primeiro relatório do seu projeto na França, o que mostra um certo esvaziamento de origem das propostas que ali encaminhavam: “em ambos os casos, pode-se perceber que está em jogo concepções estéticas, culturais e simbólicas que devem ser apreendidas como universais e que não devem [...] ser identificadas com uma cultura ou um autor específico” (NUNES, 2004, p. 51).

Além disso, ambas enxergam no espaço urbano o mesmo “caos” pela sua tendência de expansão e construção paulatina, como dissemos, à primeira vista desordenada, mas pautada em uma certa coerência de seus agentes sociais: abominam a ideia de a cidade ser um fenômeno vivo. Esse entendimento, por parte dos urbanistas, que é difundido mundialmente, corrobora simbolicamente com diversas políticas de violência apregoadas contra as populações pobres urbanas no Brasil, conforme veremos mais a frente, já que sua forma de ocupar o território é colocada nesse campo do “caótico” – ou qualquer coisa que faça oposição ao moderno. Essa posição é encontrada facilmente na própria Carta de Atenas, em sua oitava proposição: “o caos entrou nas cidades” (CORBUSIER, 1993, p. 22)

Todos esses preceitos encontram reflexo nos projetos do Plano Piloto, haja vista as suas divisões setoriais, de funções e a primazia da circulação baseada no automóvel. No caso do Lúcio Costa, isso fica ainda mais claro com a divisão por “escalas”, a bucólica, a monumental, a residencial e a

gregária, que seriam quase uma outra forma de ler as quatro funções essenciais básicas de Corbusier (IPHAN, 2023).

Também é importante pontuar que Brasília era a melhor oportunidade, segundo essa visão, dado o seu contexto, para uma experiência de cidade que carregasse esses preceitos universais: uma nova capital, construída em um território com quase nenhuma ocupação urbana, cuja população seria formada maciçamente pela migração. Brasília poderia ser vista, e na verdade até hoje é dentro de alguns círculos, como uma cidade sem história precedente. É como se uma nova sociedade, ou nação, estivesse sendo fundada ao mesmo tempo que a cidade o é.

Os estudos sociais a respeito da cidade também se apegam a alguns conceitos que, de certa forma, trazem em si compreensões similares ao que apresentamos anteriormente. Esses estudos, apesar de partirem de uma época ainda anterior, também são instigados pelo mesmo fenômeno – o da transformação da sociedade e a formação de cidades por meio da industrialização. A respeito disso, Oliven sistematiza três perspectivas por meio das quais os principais expoentes das Ciências Sociais de então categorizaram a cidade: a cidade enquanto variável dependente, variável contextual e variável independente, sendo a primeira categoria aquela que mais nos interessa por demonstrar exatamente a visão mais “aculturada” ou universalizante da cidade.

Quando Oliven diz que essas teorias veem a cidade como variável independente, ele quer dizer que a cidade constitui uma categoria em si que possui o poder de

se autodeterminar assim como de determinar outros aspectos e lugares da vida social, e não o contrário. O maior destaque aqui, deve-se dizer, vai para a Escola de Chicago, onde os seus autores mais conhecidos são: Wirth, Thomas e Park. Cabe, porém, ainda lembrar que estes absorvem bastante referências de Georg Simmel e do antropólogo estadunidense Redfield – segundo o próprio Oliven.

A Escola de Chicago, apesar de sua importância e reconhecimento, recebeu duras críticas posteriores de pesquisadores. Algo que chama atenção, por exemplo, no texto de Park, “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, é a quantidade de analogias com conceitos do mundo biológico que se constrói: “patologia”, “processos vitais” e “organização ecológica da cidade” (1967, p. 25-26). Esses conceitos-chave servem para colocar a cidade nessa categoria autoexplicativa, incorrendo, inclusive, na noção de que essa se trataria de um organismo próprio portando autonomia e influência na vida social: como seres de uma mesma espécie, que apesar de suas pequenas diferenças relativas, conseguimos generalizar características que explicam ampla maioria desse agrupamento.

Partindo dessas ideias, se estabelece o conceito de cultura urbana, ou seja, existiria uma cultura própria da cidade. Entretanto, conforme descrito por Oliven, fica difícil aceitar a ideia de que existiria “uma” cultura urbana se a cidade não é universal. Para Weber, por outro lado, a cidade é resultado de um conjunto de determinações, e no caso das cidades modernas, um fator determinante seria a economia de mercado. Mas mesmo

levando-se em conta esse fator, Weber constata a diversidade quase inumerável de cidades que essa condicionante pode produzir, por exemplo, as cidades de consumidores, as cidades industriais ou as cidades mercantis – analisando somente os casos europeus de ocorrência (WEBER, 1987).

Em suma, uma questão cara a esses autores é a possibilidade de supor uma cultura urbana em uma cidade brasileira que fosse minimamente similar a uma cultura urbana em uma cidade, digamos, asiática, e em até que medida os pontos de convergência entre ambas não dizem mais respeito a outros aspectos, tais como a economia de mercado ou o compartilhamento global de informações. No caso de Brasília, nesse período estudado, essa incoerência se torna ainda mais gritante, dado o seu contexto bastante particular.

O caso de Brasília é interessante porque ele tensiona o próprio sentido que se dá para a cidade. A capital ainda era um complexo de canteiros que, entretanto, deveriam proporcionar tudo aquilo que uma cidade deveria aos seus habitantes. Ou, se quisermos usar o linguajar modernista, a cidade, mesmo enquanto canteiro de obras, deveria proporcionar: circulação, habitação, lazer e trabalho. O quanto isso diz da cidade? Como considerar a existência de uma cultura urbana nessa situação? Brasília possuía, em 1959, cerca de 65 mil habitantes, formada majoritariamente de migrantes, quase todos empenhados em um único projeto, voltados para uma única intenção. Nesse ponto, faz muito mais sentido voltarmos o olhar para outros referenciais.

No caso apresentado de Brasília e da Vila Amaury, percebemos que apesar de todo o controle que se tenta em impedir a formação de ocupações não previstas em torno dos canteiros, as trocas necessárias entre a população se impõem. A população da Vila não somente tem um forte envolvimento com os canteiros que, no futuro, se constituíram a Vila Planalto, como aproveitam da sua localidade – próxima dos córregos – para que as mulheres, a título de exemplo, exercessem alguma atividade remunerada paralela, com o intuito de conseguirem se manter naquele local. Assim como o comércio que floresce e é ressaltado em tantos relatos, o que inclui o lazer. Nesse sentido, existe uma lógica de intercâmbio que permeia a resistência da população na tarefa de se manter ali, seja na Vila como no Distrito Federal, e que se opõe à ideia de controle que o Estado, na forma da Novacap ou da Guarda Especial de Brasília (GEB), havia pensado prioritariamente.

4. A lógica da modernização influenciando sobre os espaços de exclusão urbana

As representações sociais da favela, construídas e já bem conhecidas durante a segunda metade do século XX, são tributárias, em grande medida, dos discursos que tiveram espaço no início do mesmo século. Essas construções, que podem ser tomadas a partir de uma literatura erudita e das “práticas urbanas”, com ocorrência principalmente durante a ascensão dos projetos de embelezamento da cidade do Rio de Janeiro, tiveram como cerne de suas preocupações “o futuro da jovem República”, “a saúde da sociedade”

e “o saneamento do país”. Valladares (2005, p. 22) localiza o mito de origem desse tipo espacial no resgate dos primeiros registros de seus visitantes, em especial na associação que estes fazem com o povoado de Canudos, transcrevendo a dualidade do “sertão *versus* litoral” e do “campo *versus* cidade”. Essa associação não ocorreu por acaso: primeiramente, o célebre livro de Euclides da Cunha, que continha detalhadas descrições físicas, se tornara famoso e se fazia presente no imaginário da intelectualidade brasileira e carioca de então; em segundo lugar, os primeiros morros ocupados foram, também, refúgio daqueles soldados que voltaram da campanha de Canudos e aguardavam pelos seus soldos (VALLADARES, 2005, p. 22).

Os primeiros profissionais interessados em estudar a pobreza nas grandes cidades possuíam no seu *gérmen* de formação a inclinação para as áreas médicas, de jornalística e de engenharia, com forte tendências de positivismo e de pragmatismo. O alvo, nesse período, eram os cortiços no centro da cidade, considerados espaços de ruptura com a ordem social e moral, antros de malandragem e dos propagadores de infecções, doenças, vícios e epidemias.

A transição do século XIX para o século XX foi marcada por uma verdadeira guerra de erradicação desses espaços, no campo do discurso e no campo físico, com especial atenção ao desmantelamento do cortiço Cabeça de Porco e às reformas de Pereira Passos entre 1903 e 1906 (VALLADARES, 2005, p. 22). Como Villaça (1999) chama a atenção, os projetos de embelezamento e sanitaristas, diferente de projetos e discursos

urbanísticos futuros, foram projetos que não só foram implementados em grande totalidade, como foram discutidos – dentro de um círculo restrito dos tomadores de decisão – e anunciados. O autor atribui essa característica à grande hegemonia e ao consenso entre as elites que existiu durante esse período.

A erradicação dos cortiços é considerada o *gérmen* da favela, já que muitos autores identificaram a ocupação dos morros próximos em períodos subsequentes – incluindo o Morro da Providência. Para a favela é transferido o mesmo discurso que se propagava a respeito dos cortiços, virando esta, então, o grande alvo de médicos higienistas e mais uma vez colocando a população pobre como responsável pelo seu destino e o seu local de moradia pelos males da cidade.

Isso fica ainda mais visível durante a campanha sanitaria de Oswaldo Cruz, durante o governo de Pereira Passos, em que são veiculados panfletos associando o morro da Favella a doenças – e os seus moradores a “piolhos” (VALLADARES, 2005). Tendo como base os diversos relatos e estudos feitos por parte da elite intelectual e dos dirigentes do Estado desse período, podemos afirmar, em suma, que

[...] as respectivas representações aparecem fortemente estruturadas pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, saúde da sociedade e entrada na modernidade. A favela pertence ao mundo antigo, bárbaro, do qual é preciso distanciar-se para alcançar a civilização. [...] os jornalistas visitantes dos morros do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX também se

portam como testemunhas, da mesma forma que Euclides da Cunha o fizera. Como foi possível observar, a dualidade sertão *versus* litoral – presente no discurso de {Os sertões} – pode ser reencontrada, nas primeiras imagens, transpostas para a oposição favela *versus* cidade (VALLADARES, 2005, p. 36).

É possível perceber, por meio desses discursos, a mesma lógica dicotômica exposta na seção anterior, em que vemos a contraposição do moderno com o tradicional, ou do “bárbaro” com o “civilizado”, em uma linguagem mais defasada. O espaço da favela seria, da perspectiva do planejamento urbano moderno, o “caos” que se visava extirpar da cidade – da mesma forma que foram os cortiços. Se construiu a ideia de um mundo “bárbaro”, “selvagem”, oposto à modernidade. Em nome da ciência e da razão, o planejamento urbano moderno, desde sua semente, ainda no início do século XX, se produziu segregação socioespacial. O espaço das classes sociais mais pobres da população foi cada vez mais relegado a segundo plano e a grandes distâncias dos centros econômicos e de poder. O caso de Brasília não se diferencia muito.

Em Brasília, ainda durante seus anos de construção, temos uma demonstração flagrante de como a imagem da população migrante e a forma que encontram de reproduzir sua vida social no espaço – e de transgredir uma certa lógica dada – não agregaria, para os dirigentes do projeto, à construção da representação social que se pretendia da nova capital.

Navarro (2017) resgata da obra de Marcel Gautherot, fotógrafo contratado para

registrar a nova capital durante o seu período de construção, que publica suas fotos na revista Módulo. Revelador o fato, entretanto, de que, somente as fotos que diziam respeito à paisagem monumental foram permitidas para a publicação, conquanto aquelas que registravam as “pequenas favelas”, como a Sacolândia, foram ocultadas, omitindo, assim, imagens que subvertiam a lógica imposta pelo modernismo e registravam as brechas achadas dentro dos espaços vazios projetados pela população de migrantes, em sua maioria negros e nordestinos.

No ano de 1959 já era visível em Brasília a formação de assentamentos informais formados por barracos improvisados em torno de alguns acampamentos planejados pelas empreiteiras, conforme dissemos. A própria vila Sarah Kubitschek foi um exemplo disso (Del’Isola e Boianovsky, 2013). A oposição a esse tipo de assentamento, que trazia consigo os estigmas das cidades tradicionais brasileiras, tal como Rio de Janeiro, foi mais do que documentada em narrativas oficiais. O Censo Experimental de 1959, por sua parte, traz uma passagem em que se diz que “Brasília não terá ‘favelas’ – essa é uma das características da nova metrópole, cuja construção e sistema urbanístico não permitem esse tipo de moradia” (CCN, 1959, p. 47).

Dentro do projeto de construção de uma nova capital, como no caso de Brasília, buscava-se, para além da fundação de uma nova cidade, um paralelo para a fundação do que, para alguns, significaria uma nova nação – de preferência, rumo à modernização. Não era incomum argumentos que se contrapunham à maneira das cidades

tradicionais, em especial assinalando todos os estigmas do Rio de Janeiro, serem usados como álibi, inclusive, para apoiar o projeto mudancista e de interiorização do país. A exemplo de Roland Corbúsi, filósofo e político brasileiro, que apoia o projeto de mudança da capital, por exemplo, argumenta que o centro de decisões políticas, para ser funcional, deveria se afastar, dentre outros, da favela e dos congestionamentos, representantes do “caos urbano carioca” (MOREIRA, 1998, p. 144).

Como outro exemplo, temos, pouco tempo depois, em 1961, o próprio Lúcio Costa, que pede formalmente ao presidente – à essa época, João Goulart – “providências contra a legalização desses núcleos”, preocupado com a consolidação dos núcleos urbanos mais próximos do Plano Piloto. Sugere, o autor do projeto modernista de Brasília, que a Cidade Livre fosse “gradualmente sangrada”, estabelecendo estratégias para evitar a construção de equipamentos ou melhorias, assim como impedir novas invasões (MOREIRA, 1998, p. 104-105).

O desejo de remoção de “invasões” – nas palavras do próprio Lúcio Costa – que se formassem próximas ao Plano Piloto não encontrou respaldo somente nesse momento, como também em laudos emitidos pelos técnicos da Novacap (SIMÕES e ALVIM, 2015). Apesar disso, a Cidade Livre conseguiu ficar, sobretudo por conta da intensa mobilização da sua população de comerciantes e de moradores – sorte diferente foi a de outras ocupações, como a Vila Amaury.

5. Considerações finais

Ao longo do artigo, pudemos apresentar o caso da Vila Amaury, que se trata de uma ocupação muito similar a tantas outras, em algum sentido mais intrínseco, no que diz respeito aos objetivos finais que resulta na expulsão das camadas mais pobres da população do centro monumental da cidade. Porém, o mesmo caso resguarda uma singularidade na medida em que os mecanismos para tal foram descartados, que escancaram a intencionalidade dos dirigentes do projeto, junto com tantas outras demonstrações de que essa população não tenha espaço na representação da modernidade.

A falta do espaço nessa representação simbólica traz consequências concretas, resultando na expulsão dessa população do espaço do centro modernista e projetado, centro esse que nunca foi destinado para essa população. Apenas aquelas ocupações que resistiram sob árduo movimento de luta por reconhecimento de seu território, ou, aliado a isso, conseguiram alçar alguma relevância política ou econômica, como Vila Planalto, Telebrasiléia ou Núcleo Bandeirante, se mantiveram nesse centro. Diante das tantas outras vilas formadas por candangos, categoria específica dessa conjuntura, mas que, por fim, se tratava de migrantes pobres e negros, essas foram exceções.

Os discursos apresentados por Valladares só corroboram com essa afirmação, assim como aqueles apregoados em narrativas oficiais durante a construção

de Brasília a respeito das favelas. É importante, entretanto, fazer uma ressalva que aqui comparamos ambos, porque a compreensão que os dirigentes têm desses espaços se mesclam, não importando muito a terminologia, se seriam “pequenas favelas”, “favelas” ou “invasões”.

No fim das contas, o objetivo das elites que dirigiram o projeto da nova capital, e dela mais se beneficiaram, era coibir outras formas de sociabilidade no espaço que não aquelas que essa mesma elite buscava projetar. Tanto é que, nos relatos da Vila Amaury, é perceptível de maneira destoante o modo como os conviventes e moradores recriam seus espaços de lazer, de trabalho e de renda, a despeito de qualquer receituário modernista ou controle empresarial, como ocorria nas empreiteiras.

A modernidade se constrói na mesma medida da exclusão social – e isso em Brasília é visível, dado o controle, ainda hoje, do aspecto asséptico do plano original, em medida ainda muito maior que qualquer outra cidade brasileira. Porém, essa preservação, que tem diversos mecanismos de existir, inclusive patrimoniais, se dá na mesma medida em que boa parte da população é lograda cada vez mais distante desse seu centro monumental.

Brasília, desde o seu *gérmen*, já nasce imbuída de disputas em seu campo simbólico. Essa disputa poderia ser abordada sob diversos pontos de vista, inclusive por meio daquelas que acontecem dentro das cúpulas de poder. Entretanto, preferimos abordar uma questão que se encontra mais entranhada e atinge não somente Brasília em si, mas que

também nos ajude a compreender a medida em que alguns campos do conhecimento foram utilizados como ferramenta. Além disso, também nos faz compreender que essas ideias, em grande medida, possuem algum intuito geopolítico em sua fabricação que parte de países europeus ou dos Estados Unidos.

A contribuição também se faz no sentido de analisar criticamente, no campo do Urbanismo, postulados que se dizem universais, mas que possuem um local de partida e de chegada. O intercâmbio de ideias não se faz de maneira equânime, além de que é importante ainda assinalar a exclusividade que esse círculo de profissionais possuía, por um lado, em conjunto com a grande influência na circulação de ideias que exerciam de outro. Essa análise nos faz compreender, ademais, a maneira como e o intuito com o qual as cidades brasileiras são planejadas, já que Brasília indiscutivelmente se posiciona como um marco no planejamento urbano no país.

Por fim, cabe assinalar que, ao investigar as vertentes dos discursos de modernização, também pudemos compreender sob qual lógica esses operam e perceber que a sua natureza linear, inexorável e a-histórica permeia alguns expoentes das Ciências Sociais, em especial o campo da Sociologia Urbana. Dessa forma, revisitamos criticamente caminhos que flertam com um evolucionismo já defasado e percebemos que, na verdade, existe um extenso e longínquo caldo intelectual que ainda dirige, ou ao menos subsidiou, decisões políticas importantes, construindo noções que foram

assimiladas por uma grande parcela da sociedade e a influenciaram decisivamente. A construção de um consenso é parte importante do sucesso de um projeto político, já que a instauração de um poder não se faz exclusivamente pela força.

Referências

BECKER, Howard. Conferência: A escola de Chicago. **MANA** 2(2), 1996. p. 177-188.

Brasília segundo Feldman. Direção de Eugene Feldman e Vladimir Carvalho. Produção de CNRC. Brasil: CNRC, 1979. 35mm, COR, 20min, 579m, 24q.

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL, Núcleo de Planejamento Censitário. **Censo Experimental de Brasília**, [s. l.], 1959.

Conterrâneos velhos de guerra. Direção de Vladimir Carvalho. Produção de Vladimir Carvalho. Brasília: Universidade de Brasília; Polo de Cinema e Vídeo do Distrito Federal, 1990. 16mm, COREBP, 200min, 1.875m, 24q.

CORBUSIER, Le. **A Carta de Atenas**. São Paulo: Edusp, 1993.

DEL'ISOLA, Luiz Humberto de Faria; BOIANOVSKY, Noemia Barbosa. **A bailarina empoeirada: Histórias do povo de Brasília**. Brasília: Annabel Lee, 2013. Volume 1, 570 p.

ENGELS, Friedrich. **Para a questão da habitação**. [S. l.] : Avante!, 1887.

GOUVÊA. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, Aldo (org.). **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 75-96.

HOLSTON, James. **A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Plano Piloto de Brasília e suas escalas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1643/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BERENSTEIN, P., J.; LOPES, D., de A. Jr. (2017). A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: **ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE**, n. 7, 2017, Campinas. Anais. Campinas, Unicamp, pp. 469-495.

MOREIRA, Ruy. Sociedade e Espaço no Brasil: As Fases da Formação Espacial Brasileira: Hegemonias e Conflitos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 83, p. 7-33, 2005.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Brasília, a construção da nacionalidade**: um meio para muitos fins (1956-1961). Vitória: EDUFES, 1998. 280 p.

NAVARRO, Luciana Jobim. **Brasílias impublicáveis de Marcel Gautherot**: O olhar do fotógrafo e o imaginário da cidade. 2017. 177 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2017.

NEIVA, Ivany Câmara. **Uma cidade encantada**: memórias da Vila Amaury. Brasília: Ed. Da Autora, 2017. 122 p.

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Brasília**: A fantasia corporificada. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 1-80.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. *In: Espaço & Debates*, São Paulo, ano II, n. 6, jun/set, p. 36-54, 1982.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. **A erradicação da vila IAPI**: Marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. 2007. 135 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2007.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 1-56.

PATRIOTA, de Moura, Cristina; JANUZZI, Vinícius Prado. Brasília Classificada: Novos espaços de classe média na capital federal. **Tempo Social**, revista de Sociologia da USP, v. 31, n. 1, jan-abr 2019. p. 113-134.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. *In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1967. p. 25-66.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. *In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 115-144.

QUINTO JR, Luiz de Pinedo; IWAKAMI, Luiza Naomi. O canteiro de obras e o fator de aglomeração. *In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 55-74.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Acampamento de grande projeto: Uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. *In: PAVIANI, Aldo (org.). A conquista da cidade*: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991. p. 25-53.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O Capital da esperança**: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008. p 248-252.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **MANA** 11(2), 2005. p. 577-591.

SIMÕES, José Geraldo, Jr; ALVIM, Angélica Benatti. **Brasília**: Modernidade e exclusão, dos acampamentos às cidades-satélites. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), 15, 2015, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, 2015.

SINGER, Paul. **Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-Americano**. *In*: _____. Economia Política da Urbanização. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 91-114.

TIPPS, Dean C. Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective. *In*: **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 15, No. 2 (mar., 1973), pp. 199-226.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 169-241.

WEBER, Max. Conceito e categorias de cidade. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1967. p. 89-112.